

Na luta da PT Constituinte

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores — Brasília, 14 a 29 de julho de 1987 — Nº 1

Campanha das diretas começa em Brasília

O grande comício do dia 7 de julho em Brasília dá início a nova campanha por eleições diretas para presidente da República. Organizada pela Frente de Mobilização Popular Pró-Diretas — que reúne o PT, PDT, PC do B, PCB, PSB, setores do PMDB e o movimento sindical — a campanha prossegue com a realização de comícios por todo o País. O objetivo é conseguir da Constituinte a definição da data das eleições logo após a promulgação da nova Constituição, de protestar contra o pacote recessivo do Governo, e em defesa de uma constituinte progressista.

A campanha não é em torno de candidatos, mas de um programa de mudanças estruturado nas reivindicações da classe trabalhadora, conforme deixaram claro o presidente do PT, Lula, e o presidente da CUT no DF, Chico Vigilante, durante a primeira reunião da "Frente", dia 9 de junho, na Câmara dos Deputados.

As provocações ocorridas durante manifestações no Rio de Janeiro serão evitadas na campanha das diretas, com a organização de um esquema de segurança capaz de identificar e anular a ação dos provocadores infiltrados pelos golpistas da direita.

Cynthia Brito/F4



Só a mobilização pode garantir nossos direitos

Uma nova Constituição está sendo elaborada, e a classe trabalhadora não pode ficar afastada. Senão, veremos os mais legítimos anseios populares serem, mais uma vez, traídos e ignorados. É necessário reforçar a mobilização popular em torno da Constituinte. E isso só será possível na medida em que a população esteja corretamente informada a respeito.

A grande imprensa não tem correspondido. Os noticiários sobre a Constituinte freqüentemente são incompletos, distorcidos e tendenciosos. Refletem os interesses dos proprietários dos meios de comunicação de massa, e a influência que sobre eles exercem os grandes anunciantes — entre os quais os próprios órgãos e empresas do governo. Além disso, recrudescem a censura política. Debates e entrevistas com

políticos de oposição são proibidos, contratos de publicidade são cancelados: tudo para dificultar o acesso do povo a informações indispensáveis para que possa participar da definição do futuro do País. Por outro lado, é bastante sensível a falta de agilidade na circulação de informações sobre a Constituinte tanto no interior do partido como no conjunto dos movimentos sociais.

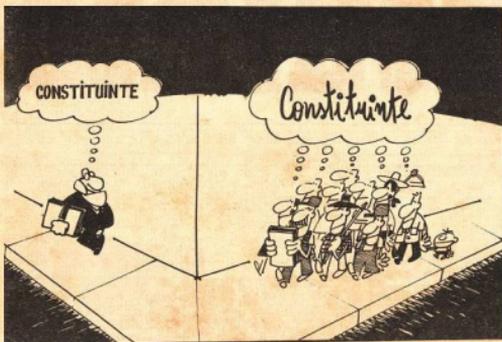
Diante desse quadro, a Bancada do PT na Constituinte decidiu lançar esse boletim informativo, cujo objetivo é divulgar notícias sobre a feita da nova Constituição, e mais particularmente sobre o papel desempenhado pelos representantes do PT nesse processo. O PT Constituinte é elaborado pela Assessoria de Comunicação da Liderança do PT na Constituinte, e dirige-se basicamente aos militantes do partido

— através de todos os seus diretórios — e a parlamentares, sindicatos e entidades representativas do movimento popular. Pretendemos assim cobrir uma antiga lacuna, e somar esforços no sentido de preservar o direito à informação.

É um boletim pequeno. A deficiência de informações é sem dúvida muito maior. Mas, mesmo em nosso modesto tamanho inicial, acreditamos que ajudaremos a esclarecer alguns tópicos. Dos leitores, esperamos a contribuição no sentido de estender o acesso às informações deste boletim a outras pessoas e entidades. Assim, estaremos contribuindo para ampliar a mobilização popular em torno da Constituinte — único caminho para conseguirmos inscrever na futura Constituição os direitos e anseios dos trabalhadores brasileiros.

IMPRESSO

FRANQUEADO
CONTRATO
ECT/CÂMARA DOS DEPUTADOS
UP: APT CÂMARA



Entidades unem-se pela participação popular

A participação popular ficará mais forte se estiver concentrada num movimento unitário. Pensando nisso, dirigentes de 63 entidades representativas criaram a Articulação de Entidades para a Participação Popular na Constituinte. A "Articulação" mostrou sua força ao reunir no dia 16 de junho mais de 500 pessoas no Congresso Nacional durante lançamento da campanha em torno das emendas, quando convocou para 17 de julho o Dia Nacional de Assinaturas das Emendas Populares. Até o momento, 35 emendas de iniciativa popular foram elaboradas. Colhidas as assinaturas, elas serão entregues em conjunto

pela "Articulação" à Mesa da Constituinte, em agosto.

Crescendo a cada dia, a "Articulação" é formada pela CUT, CGT, Plenários Pró-Participação Popular, CNBB, CONAM, DI AP, federações, sindicatos e outras entidades, além de parlamentares. O representante da bancada do PT é o deputado Gumercindo Milhomem e, no seu gabinete, a companheira Maria Laura Pinheiro, da CUT, está diariamente à disposição das entidades que queiram participar. O endereço é Câmara dos Deputados, Anexo 111, Gabinete 371, CEP 70160, Brasília. Fones (061) 213-5371 / 224-0256.

O anteprojeto de Cabral

No dia 29 de junho, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apresentou o anteprojeto da nova Constituição, elaborado a partir dos relatórios das Comissões Temáticas. Apesar de seu corte conservador nas questões econômicas, o anteprojeto avança na questão social e amplia os direitos coletivos e individuais. Os deputados do PT contribuíram muito para esses avanços, apresentando propostas e tendo atuação destacada nas articulações que permitiram a aprovação do anteprojeto.

Na parte político-institucional, o anteprojeto está na contra-mão. Dá um mandato de cinco anos para Sarney, quando toda a Nação exige eleições diretas para presidente. E, na parte econômica, consagra as principais teses dos lobbies dos banqueiros, grandes em-

presários e latifundiários. Quanto à Reforma Agrária, Cabral optou pelo relatório da Comissão de Soberania, em contraposição às propostas da UDR aprovadas na Comissão da Ordem Econômica. Mas o anteprojeto restringe as desapropriações de terras improdutivas, e não fixa limites máximos para a propriedade rural.

Até 15 de julho, o anteprojeto será discutido e votado pela Comissão de Sistematização, surgindo aí o projeto definitivo de Constituição, que será então submetido ao plenário. O dia 17 de julho marca o início do prazo de entrega das emendas populares, que se encerrará em 17 de agosto. O Dia Nacional de Entrega das Emendas populares será 12 de agosto. A discussão do projeto no plenário da Constituinte vai até o dia 27 de agosto.

PT NA LUTA DA CONSTITUINTE

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Congresso Constituinte.

Tiragem: 15.000 exemplares. Elaborado pela Assessoria de Comunicação da Liderança do PT. Texto e edição: Márcio Araújo e Luiz Cláudio Pinheiro. Ilustração: Oscar Colaboraram nesta edição:

Diagramação: Licurgo Botelho
Produção: Antônio de Pádua Maia
Distribuição: Secretaria Nacional de Organização
Impressão: Art Graf - Editora e Artes Gráficas.

Pinga Fogo

Depois de receber o prêmio Wladimir Herzog de jornalismo pelo trabalho sobre greve geral de 1 271 2 a TV dos Trabalhadores - TVT - criada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo, produz uma série de vídeos sobre a Constituinte. O primeiro deles começa a circular esta semana pelos sindicatos e entidades interessadas. Telefone (011) 452-3922.

...
A Secretaria Agrária Nacional do PT inaugura seu escritório em Brasília, onde já está atuando na Constituinte. Sua função é assessorar a bancada do Partido na agrária e dinamizar o trabalho, oriundo das secretarias agrárias estaduais. O Torço de mobilização popular "Contatos: fones (061) 213-5068 e 224-1289 com Rogério Sottili, Câmara dos Deputados, Anexo II, Gag. III Suplência - 70160 - Brasília.

...
A Comissão de Organização dos Poderes aprovou o mandato de cinco anos para Sarney e a implantação do parlamentarismo a partir de 15 de março de 1988. Aliás, como reconheceu o próprio relator da Comissão, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), a adoção do regime parlamentarista foi decidida com uma manobra de legitimar o mandato de Sarney, tentando assim enfraquecer o movimento pelas eleições diretas presidenciais em 1988. A manobra consistiu na farsa da Nova República, que quer de 1500s os modos evitaria ideia de voto às urnas para escolher seu presidente.

...
Os interesses em jogo na Constituição da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência, Tecnologia e Comunicação eram tão exesivos quanto seu nome. Por isso, foi alvo de numerosos lobbies empresariais: donos de escolas, de meios de comunicação, multinacionais da informática, etc. Elestivam o apoio do presidente da Comissão, senador Marcondes Gadelha (PPF-PB), que tentou desesperadamente aplicar golpes contra o regime da Constituinte e assim aprovar as propostas daqueles setores, depois de ter sido derrubado o projeto progressista do relator. Não deu certo. Foi enérgica a resistência dos setores progressistas. Com o impasse, coube à Comissão de Sistematização o relatório, o que evitou a aprovação naquele momento de propostas retrogradadas. Como consolação aos constituintes conservadores: dessa Comissão, estudent-S focaram galerias dinheiro icéduas velutas) sobre eles, num protesto contra os lobbies inescrupulosos que em agosto nestas e nas outras comissões da Constituinte.

...
Dominada por parlamentares reacionários, a Comissão da Ordem Econômica aprovou, numa sessão tumultuada, relatório que ameaça jogar por terra a Reforma

Agrária e agravar a desnacionalização da economia. No que toca à reforma agrária, prevaleceu o substitutivo dos representantes da UDR. Pior do que o Estatuto da Terra, o substitutivo veda a imissão imediata da posse, exige pagamento em dinheiro a preço de mercado para desapropriações e não estabelece limite para o latifúndio. O projeto também restringe a participação do Estado na economia, permitindo às multinacionais explorar a energia hidráulica e jazidas minerais. Qualquer empresa que tenha um responsável "domiciliado no Brasil" é considerada nacional, recebendo incentivos e concessões com verbas públicas. Tudo isso, porém, poderá ser modificado pelo Plenário. A luta continua!

...
O relatório que mais atendeu aos interesses da classe trabalhadora foi o da Comissão da Ordem Social. Consagrou reivindicações históricas, como a redução da jornada de trabalho para 40 horas, estabilidade no emprego, direito de greve, salário mínimo fixado em lei com reajust de modo a preservar o poder aquisitivo, participação em lucros e dividendos. Trabalho noturno com sal. 90 por cento superior a hora de 45 minutos, etc. As propostas e a implantação de medidas de trabalho pelos representantes do PT nessa Comissão, contando com a preciosa assessoria do UJAP - Departamento de Assessoria Política - foram fundamentais para a aprovação dessas medidas. O relatório foi elaborado para garantir tais conquistas no texto final da Constituição, o que não será fácil.

...
O vice-lider da bancada do PT, deputado José Genoino, tem sido um dos mais destacados constituintes. Apresentando propostas e debatendo em várias comissões, Genoino conseguiu a aprovação de várias propostas do PT, que ampliam as liberdades democráticas. Entre elas a firme condenação da tortura, a abertura de um regime público sem autorização prévia, livre manifestação do pensamento, garantia do acesso a referência de informações sobre a própria pessoa em órgãos oficiais, o caráter somente classificatório da censura, o alistamento e voto aos 16 anos de idade e o princípio do Brasil não manter relações diplomáticas com países que pratiquem a política de discriminação e lesão aos direitos humanos.

...
Relator da Subcomissão do Poder Judiciário, o deputado Plínio Arraio Sarney, vice-lider da bancada do PT, apresentou propostas inovadoras para a Justiça: Tribunal Constitucional para garantir a aplicação da Constituição, completa autonomia aos juizes e promotores frente às pressões do TAcuenvu, justiça mais próxima do povo, extinção de juizes escalhados pela periferia das grandes cidades e no campo; Serviço gratuito de advogado para quem não puder pagar. Algumas dessas propostas, como a estatização dos cartórios, não passaram diante do forte lobby contrário.

PT apresenta seu projeto de Constituição



Lula Meneguete

Pela primeira vez na história constitucional brasileira um partido político elaborou um projeto global de constituição. É o projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil, apresentado pelo PT no dia 6 de maio à Assembleia Nacional Constituinte. "Formulamos uma proposta para o conjunto da sociedade com base nos anseios e reivindicações daqueles que constituem a razão de ser do nosso partido: os trabalhadores da cidade e do campo", disse o presidente do Partido, Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso ao plenário, onde entregou cópias do projeto ao presidente da Constituinte e aos líderes dos demais partidos.

A bancada do PT reúne-se toda semana para discutir sua atuação no Congresso Constituinte.

Participação

popular:

formas e prazos

Durante a definição do Regimento Interno a bancada do PT conseguiu introduzir algumas brechas para a participação popular na Constituinte: a emenda de iniciativa popular, as audiências públicas com entidades na fase das subcomissões, além da possibilidade de haver plebiscito no qual os eleitores aprovam ou não a Constituição votada (O plebiscito depende ainda de decisão da Constituinte). Veja aqui as formas de participação popular na Constituinte:

EMENDAS POPULARES: 15 de julho a 15 de agosto é o período de apresentação de emendas de iniciativa popular ao projeto de Constituição. Devem ser assinadas por pelo menos 30 mil eleitores, e encaminhadas por três entidades associativas. Cada eleitor só pode subscrever três emendas. A emenda, depois de recolhidas as assinaturas, deve ser entregue à Comissão de Sistematização, que pode aceitá-la, integrando-a ao projeto a ser votado pelo plenário, ou dar-lhe parecer contrário. Quanto a dos direitos dos trabalhadores, a da reforma agrária, além de outras oito emendas. É importante que os militantes do PT e do movimento popular obtenham os formulários para colher as assinaturas. A Secretaria Nacional de Organização do PT (Câmara dos Deputados, Anexo 1, 167 andar, 70160 - Brasília-DF) está distribuindo formulários para todo o País. Se você ainda não recebeu, faça o pedido através de seu diretório ou entidade. Também é preciso instruir a população no sentido de sempre se dar a mão o título ou anotá-lo a seu número, zona e seção para poder assinar uma emenda.

PRESSÃO PERMANENTE: Além das formas de participação previstas oficialmente, a pressão permanente é fundamental e pode assumir todas as formas da criatividade popular: cartas e telegramas aos constituintes, passeatas, atos públicos, "recepção" aos constituintes nos aeroportos, nas ruas, cidades e bairros, caravanas à Brasília, comícios, etc.

Bancada do PT na Constituinte

NOME	GABINETE	TELEFONE
LIDERANÇA DO PT		
		(061) 213-5172
		(061) 213-5173
Benedita da Silva/RJ	360	(061) 213-5360
Eduardo Jorge/SP	382	(061) 213-5382
Florestan Fernandes/SP	585	(061) 213-5585
Gumerindo Milhomem/SP	371	(061) 213-5371
Irma Passoni/SP	237	(061) 213-5237
Jólio Paulo Pires/MG	384	(061) 213-5384
José Góncio/SP	375	(061) 213-5375
Luiz Guarnier/SP	374	(061) 213-5374
Luiz Inácio Lula da Silva/SP	825	(061) 213-6825
Olívio Dutra/RS	372	(061) 213-5372
Paulo Delgado/MS	373	(061) 213-5373
Paulo Palm/RS	471	(061) 213-5471
Prímio de Arruda Sampaio/SP	627	(061) 213-5627
Virgílio Guimarães/MG	378	(061) 213-5378
Vitor Biaz/ES	276	(061) 213-5276
Vladimir Palmeira/RJ	379	(061) 213-5379

Endereço: Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF

CEP: 70160

Para escrever aos deputados do PT, acrescente o nome e número do gabinete.

Planalto quer comprar votos

A Constituinte vem sendo alvo de ingerências e pressões por parte d'ó governo federal. O testa-ou-ferro de Sarney na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), como já divulgou a grande imprensa, está distribuindo - ou já distribuiu - mais de 10 mil cargos públicos a afiliados de parlamentares, a fim de obter uma maioria docil ao governo do Planalto: Por outro lado, o plano resolveu punir, através de uma política de demissões, os parlamentares que resistem às suas teses. Para culminar, o lobby de Sarney na Constituinte se entrelaça aos lobbies do poder econômico, nacional e estrangeiro. Todos têm o mesmo objetivo de impedir as conquistas constitucionais que de fato interessam aos trabalhadores.

Assim, ao invés de se preocupar em traçar um futuro democrático para o país, boa parte da Constituinte está se transformando em alegre clientela do mercado pessoal instalado no Palácio do Planalto. Além de cargos, o Planalto tem outras benesses a distribuir, ou a retirar, conforme o caso. Por exemplo, as concessões para operar emissoras de rádio e televisão - que estão sen-

do muito utilizadas. O grau de respeito de Sarney pela Constituinte ficou evidente quando ele anunciou que o seu mandato será de cinco anos e ponto final. Ora, a competência para fixar o mandato é exclusiva da Constituinte. É portanto óbvia a intenção de Sarney de desmoralizar a Constituinte, minar-lhe a soberania e atropelar seus trabalhos.

Por trás das pressões e favores parlamentares, e da obsessão de Sarney por permanecer no Poder, há uma forte articulação de banqueiros, empresários, latifundiários e militares para manter seus privilégios e impedir as transformações sociais que o povo exige. O mandato de Sarney é legítimo, porque foi conferido por um Colegió Eleitoral espúrio. Muito melhor faria o presidente da República se deixasse de tratar o Poder como se fosse uma rapadura da sua propriedade. É urgente a realização de eleições diretas para a presidência, a fim de que, após tantos anos de ditadura, sofrimentos e fracassos, o povo brasileiro possa enfim participar efetivamente das grandes decisões nacionais.

Ao apresentar uma alternativa para a ordem institucional do País, o PT assinala um marco importante na definição de seu perfil e ação política. A discussão dos temas constitucionais também propiciou ao Partido concretizar a unidade em torno de vários pontos fundamentais.

Nossa proposta de Constituição é estruturada em dois pilares. De um lado, instaura direitos coletivos e individuais, ampliando a liberdade do cidadão; de outro, amplia o controle popular sobre o Estado. Consoante às conquistas e reivindicações da classe trabalhadora, consagrando o direito de organização como liberdade fundamental. É assegurado o direito de propriedade sobre bens fundamentais à vida digna do ser humano, inclusive instrumentos de trabalho mas quando a propriedade tomase objeto de especulação, de abuso e de ganhos ilícitos, é passível de expropriação. Também são previstos instrumentos jurídicos para viabilizar a reforma agrária e urbana. É bastante ampliada a participação de representantes da sociedade em órgãos do poder público. E o Estado passa a intervir nos setores econômicos de grande interesse social e não mais em função de não haver capacidade da iniciativa privada. Propõe ainda eleição direta para presidente da República, seis meses após promulgação da Constituição, para mandato de quatro anos, sem reeleição.

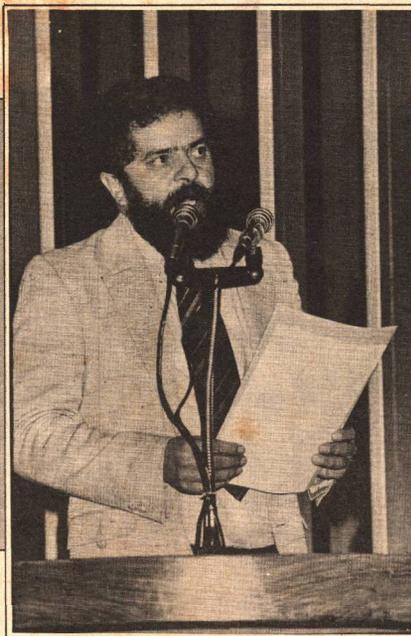
O projeto vem orientando a atuação de nossos deputados na Constituinte. Com base nos seus 273 artigos, já foram oferecidas três mil propostas e emendas, durante as fases das subcomissões e comissões. A apresentação do projeto não encerra no PT o debate, nem descarta a liberdade de todos os petistas apresentarem novas propostas que venham aperfeiçoá-lo.

LULA:

Duda Bentes/Ágil

"Movimento popular pode mudar os rumos da Constituinte"

O Hder do PT alerta: sem povo nas ruas, ficaremos apenas com a justeza de nossas propostas e a certeza de que elas serão derrotadas



Lula, após estes quatro meses de Constituinte, você acredita que ela possa alterar a ordem jurídica de modo a promover mudanças em benefício do povo?

É preciso lembrar que a composição da Constituinte é resultante de uma legislação eleitoral viciada e do peso que teve o poder econômico. Chegamos aqui sabendo que seria muito difícil a Constituinte fazer leis em benefício do povo. E quando digo isto, não digo para desanimar as pessoas, mas para alertar. Tivemos um primeiro momento em que foram elaborados vários relatórios de subcomissões contendo avanços. Mas quando chegou a hora de votar, a direita e o centro, que juntos formam maioria, se articularam e mostraram que têm objetivo definido de não deixar que haja avanços nas conquistas da classe trabalhadora e do povo. Os relatórios das Comissões, com a exceção da Ordem Social, ficaram bastante conservadores, e em alguns casos como o da Ordem Econômica, pior do que a Constituição em vigor.

É importante os trabalhadores terem claro que para aprovar qualquer coisa, precisamos de 280 votos, enquanto nos cálculos mais otimistas os setores progressistas atingem cerca de 160 parlamentares. Ou seja, a batalha do ponto de vista numérico é desigual demais. Entretanto, se aqui somos minoria, aí fora somos maioria no sentido de que a expectativa do povo bate com nossas expectativas e com as denúncias que temos feito. Acho que se transformarmos essa expectativa e essa insatisfação popular em mobilização canalizada para uma forte pressão sobre a Constituinte, tere-

mos chance de mudar os rumos que ela tomou até agora. A minha esperança e o meu empenho é que até as votações de plenário, que é o fórum decisivo, estejamos mobilizados para convencer os constituintes a fazerem uma Constituição à altura dos anseios do povo.

Você vê no movimento social condições políticas e organizativas capazes de alterar os rumos da Constituinte?

Veja, o movimento social está hoje menos preocupado com a Constituinte e mais preocupado com os problemas sociais, o que é normal se considerarmos que a classe trabalhadora nunca esteve tão sufocada, que a sociedade brasileira está com o poder aquisitivo totalmente corroído, ameaçada por uma grande recessão econômica, que gera desemprego e muito desespero. O que é preciso, e isso não conseguimos ainda, é trazer essa justa revolta e esse descrédito com o Governo e com os políticos ao nível da Constituinte. Mas a verdade é que hoje não temos ainda mobilização suficiente para pressionar o Congresso Constituinte.

As conversações que o PT vem mantendo com outras forças políticas têm produzido resultados concretos até agora?

Muito pouco. Há muita distância entre os setores de esquerda. Há uma certa disputa nesses setores para ver quem lidera, quem deve ter o maior destaque etc, o que é uma imbecilidade. A direita, além de ter mais afinidade, tem uma habilidade muito maior para organizar e distribuir seus espaços. Mas temos conversado, e de concreto já conseguimos articular com setores do PMDB,

com o PDT, PC do B, PCB, PSB e com sindicatos a campanha conjunta por eleições diretas para presidente da República. Temos de conversar, porque na Constituinte não basta a gente ter a melhor proposta e estar sempre do lado da classe trabalhadora. Aqui o que se conta é voto. E no voto, aqui, somos minoritários. Daí porque é preciso tentar convencer os políticos considerados de centro a avançar nas suas posições. Particularmente, eu não acredito muito nisso, mas devemos tentar. Tentar inclusive melhorar nossa metodologia de conversação, tendo sempre por detrás de nós a sustentação das exigências do movimento popular organizado. Do contrário, ficaremos apenas com a justeza de nossas propostas e a certeza de que elas serão derrotadas. Muitos constituintes afirmaram durante a campanha, em praça pública, na televisão e no rádio, que eram a favor de mudanças. Cabe agora à população cobrar os compromissos que esses políticos assumiram. Por isso, volto a insistir, devemos cobrar aquilo que é de direito do povo, vamos tentar ganhar na legítima pressão popular. É a única chance que temos.

Por que a campanha por eleições diretas agora, durante a Constituinte?

Já está claro para todo mundo que temos problemas sociais e econômicos insolúveis para o tipo de governo que temos hoje. Já está claro para cada cidadão e cidadã brasileira que se você quiser uma política econômica e social efetivamente justa, você terá que inevitavelmente ter outro tipo de Governo. E outro tipo de Governo não poderá ser re-

sultado de conchavo de elites, de colégio eleitoral. Terá de ser eleito diretamente pelo povo. Entendemos que a eleição direta é um dos objetivos da pressão popular sobre a Constituinte. As duas coisas estão necessariamente ligadas, pois cabe ao Congresso Constituinte determinar a duração do mandato do presidente e a data da eleição direta.

Lula, como você está vendo a circulação de informações dentro do PT e do movimento sindical neste momento da Constituinte?

Essa tem sido uma das falhas do PT. Nosso Partido ainda é débil do ponto de vista da circulação de informações. Desde o início da Constituinte, discutimos a elaboração de um boletim que permitisse um intercâmbio de orientações entre o Partido e sua bancada. Somente agora temos a oportunidade de publicar o primeiro. E isso é importante na medida que os meios de comunicação de massa divulgam muito pouco nossa atuação. Até no programa oficial da Constituinte o PT e outros partidos são marginalizados, enquanto são favorecidos o PMDB e o PFL. Isso causa problemas, porque o pessoal do Partido fica angustiados, precisando saber o que está acontecendo aqui, o que os deputados do PT estão fazendo em Brasília, quais foram os projetos que apresentaram, os discursos que fizeram. Com este boletim, podemos melhorar o nível de informações que os militantes do PT e do movimento sindical e popular têm sobre a Constituinte. E obviamente servirá para motivar nossos militantes a estimular o povo para influir nas decisões do Congresso Constituinte.